

Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia

Community Management and Environmental Governance for Local Development: an Analysis of an Experience of Sustainable Use of Forest in Amazonia

Ana Luiza Violato Espada

Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará, Engenheira Florestal, Brasil, analu.espada@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8736157088753633>

Mário Vasconcellos Sobrinho

Professor Doutor da Universidade Federal do Pará e Universidade da Amazônia, Brasil, mariovasc@ufpa.br
<http://lattes.cnpq.br/7843288526039148>

Resumo: Discute-se neste artigo a contribuição da governança ambiental para o êxito de programas e projetos de desenvolvimento local na Amazônia brasileira. Especificamente, debate-se a conformação de um modelo de governança ambiental liderado por uma cooperativa de base comunitária para o manejo florestal. A discussão é derivada de uma pesquisa piloto realizada com atores-chave a partir de entrevistas e observações durante oficina de treinamento para aplicação de ferramenta de análise financeira de empreendimentos florestais comunitários. Identificou-se que parcerias, redes de relações socioprodutivas e cooperação resultam no empoderamento de atores locais e, conseqüentemente, em governança ambiental. Esta última facilita o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento local de base comunitária. Considerando fatores políticos, organizacionais e de gestão, a cooperativa estudada pode ser considerada referência nacional e internacional de caso bem sucedido de manejo florestal comunitário, governança ambiental e desenvolvimento local baseado no uso sustentável de floresta pública na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Manejo florestal, Governança ambiental, Gestão de recursos florestais.

Abstract: This paper debates the contribution of environmental governance to the success of programmes and projects of local development in Brazilian Amazonia. Particularly, an environmental governance pattern, carried out by a community-based cooperative for forest management, is debated. The discussion comes from a pilot research carried out with key-actors from interviews and observations, which were done during a workshop training, in order to apply financial analysis tools for communitarian forest operations. The research identified that partnerships, socio-productive networks and cooperation resulted on a local-people empowerment and, thus, on environmental governance, which facilitates the sustainable use of natural resources and the local development of communitarian bases. Taking into account political, organisational and management factors, the observed cooperative may be considered a national and international reference of a successful case of community forest management, environmental governance and local development, based on the sustainable use of public forest in Brazilian Amazonia.

Keywords: Forest management, Environmental governance, Forest resources management.

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

Introdução

A Amazônia é tema amplamente discutido no cenário mundial não somente por sua rica biodiversidade, mas também, pela forma como seus recursos naturais são apropriados e geridos. Sua vegetação florestal (florestas densas, abertas e estacionais), a qual recebe maior destaque por compor quase 63% da Amazônia Legal (Pereira, Santos, Vedoveto, Guimarães & Veríssimo, 2010), é fonte de trabalho e renda de diversas coletividades, como remanescentes de quilombo, extrativistas, ribeirinhos, seringueiros e pequenos produtores rurais, que dela dependem para garantia de sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, econômica e histórica (Decreto n. 6.040, 2007). Entretanto, a ação de diferentes atores locais e com diferentes propósitos econômicos se sobrepõe aos mesmos territórios dessas coletividades e o

resultado nem sempre é satisfatório do ponto de vista social e ambiental.

As florestas da região amazônica são alvo de ação predatória para geração de riquezas a partir da exploração seletiva de espécies arbóreas de alto valor comercial. Em função disso, a degradação ocasiona desvalorização das florestas, conduzindo ao desmatamento e conversão do uso do solo em atividades agropecuárias (Lentini, Pereira, Celentano & Pereira, 2005). Essa conversão do capital natural em capital econômico não necessariamente acarreta melhorias expressivas das condições socioeconômicas e de bem-estar social daquelas pessoas que vivem na região. Ao contrário, conforme apontam Celentano, Santos e Veríssimo (2010), questões de pobreza, desigualdade e problemas graves de saúde persistiram ao longo das duas últimas décadas na região amazônica.



Alternativas ao modelo predatório de uso e apropriação dos recursos naturais na Amazônia se apresentam à sociedade e esta, por sua vez, precisa estar preparada para lidar com tal responsabilidade. A gestão dos recursos naturais não depende apenas das agências governamentais designadas para esse fim, mas sim, como sugerido por Evans (1997), das sinergias entre os diferentes atores sociais que convivem ou atuam nos mesmos territórios (Vasconcelos & Vasconcelos, 2009).

A gestão dos recursos naturais para promoção do desenvolvimento local está relacionada à governança ambiental (Cavalcanti, 2004; Fonseca & Bursztyn, 2009), por esta possuir atributos como a participação, descentralização, responsabilização e equidade entre os atores envolvidos (Fonseca & Bursztyn, 2009). Compreende-se governança ambiental como um conjunto de regras, instituições, processos e comportamentos que conduzem os atores sociais e institucionais do território ao uso racional dos recursos naturais, objetivando um bem maior, o desenvolvimento local (Cavalcanti, 2004; Fonseca & Bursztyn, 2009; Mertens *et al.*, 2011).

Os processos de governança ambiental que envolvem a cooperação podem se dar de diferentes formas, sendo a parceria uma delas. Acredita-se que a parceria enquanto um instrumento da governança ambiental pode fortalecer a ação local para a gestão compartilhada de florestas públicas amazônicas, culminando na promoção do manejo florestal comunitário e contribuindo para o êxito de programas e projetos de desenvolvimento local na Amazônia.

Assim, objetiva-se, neste estudo, compreender como a governança ambiental pode contribuir para o êxito de programas e projetos de desenvolvimento local na Amazônia brasileira, a partir da análise de parcerias formadas entre uma cooperativa que realiza o manejo florestal comunitário em uma floresta pública da Amazônia e instituições governamentais e não governamentais que desejam promover e aprimorar a atividade objetivando o desenvolvimento local do território.

O estudo relaciona-se a uma necessidade encontrada a partir de revisão de literatura sobre manejo florestal comunitário que aponta lacunas no conhecimento sobre processos de governança ambiental para o manejo florestal comunitário, assumindo que este é considerado uma opção promissora de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local aliado ao uso sustentável dos recursos florestais (Decreto n. 6.874, 2009; Jong, Pokorny, Sabogal, Louman & Stoian, 2008; Schmink, 2005). Busca-se, desta forma, suprir essa lacuna e promover as bases do conhecimento para promoção do manejo florestal comunitário em florestas públicas da Amazônia brasileira.

O estudo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta a metodologia utilizada para a condução do estudo, descrevendo o método de investigação e o território escolhido, justificando sua escolha. A segunda discorre sobre a gestão de recursos florestais e o desenvolvimento local frente à importância que a primeira possui no cenário socioeconômico da região amazônica. A terceira seção

discute o papel da governança no desenvolvimento local, fundamentando a governança ambiental como alicerce do desenvolvimento local de base comunitária. A quarta seção apresenta o caso de governança ambiental observado na Floresta Nacional do Tapajós, sendo descrita sua história, os atores envolvidos e os reflexos da governança ambiental no desenvolvimento local. Por último, apresentam-se algumas reflexões conclusivas derivadas desta investigação inicial.

Metodologia de pesquisa

A pesquisa foi baseada no estudo de caso único enquanto método de investigação (Yin, 2001). Tomou-se como caso a Unidade de Conservação de Uso Sustentável Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, localizada no oeste do estado do Pará.

A Flona do Tapajós foi escolhida como estudo de caso por se tratar de um território que possui uma experiência em andamento de manejo florestal realizado por população tradicional, e que tem em uma rede de parceiros o apoio e a cooperação para a concepção, implantação, consolidação e aprimoramento dos processos relacionados a essa atividade econômica. Essa Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável foi criada em 1974 pelo Decreto n. 73.684 de 19 de fevereiro de 1974 (Decreto n. 73.684, 1974) com objetivo básico de "uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica" (Lei n. 9.985, 2000, Art. 17). Abrange os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis na região de influência da Rodovia BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá).

A Floresta Nacional do Tapajós ocupa uma área de 527,3 mil hectares e por ser uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável permite a permanência da população tradicional que está distribuída ao longo do Rio Tapajós que a entrecorta. Ao todo, abrange 25 comunidades tradicionais e uma população aproximada de 5 mil pessoas (Andrade, Carvalho, Ribeiro & Dantas, 2014). Esse conjunto populacional é reconhecido por seus direitos costumares e tradicionais de vida (Decreto n. 6.040, 2007) e a ele é concedido o direito de uso e comercialização de recursos naturais para geração de trabalho e renda, de forma a promover o desenvolvimento do território.

O manejo florestal para a produção madeireira é a mais importante atividade econômica de uso da floresta realizada pelas comunidades inseridas na Flona do Tapajós. Esta atividade movimenta R\$ 4 milhões por ano e envolve diretamente mais de 100 pessoas (Andrade *et al.*, 2014) gerando, assim, trabalho e renda para a população local.

O manejo florestal é realizado pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), personalidade jurídica que executa o Plano de Manejo Florestal de Uso Múltiplo na Floresta Nacional do Tapajós. A Coomflona é composta exclusivamente por população tradicional que reside nesta Unidade de Conservação.

Os dados primários coletados na investigação se deram por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores-chave, tais como lideranças comunitárias da Flona do Tapajós, representantes de órgãos governamentais relacionados à gestão

de florestas públicas na Amazônia e representantes de organizações não governamentais que atuam no território para promover o manejo florestal comunitário. As primeiras entrevistas foram realizadas em 2009, durante visita à iniciativa de manejo florestal comunitário em curso na Flona do Tapajós, como componente do estudo realizado por Espada, Ezzine de Blas, Melo, Aguiar & Sist (2010, p. 22). Em 2013 foram realizadas novas entrevistas durante uma oficina de treinamento para aplicação de ferramenta de análise financeira de empreendimentos florestais comunitários. Este segundo bloco de entrevistas objetivou apreender dados sobre os desdobramentos das parcerias e, conseqüentemente, seus resultados.

A escolha dos entrevistados se deu utilizando a técnica de indicação sucessiva de entrevistas com abordagem inicial seletiva, conhecida como *snowball sampling*. Desta forma, lideranças comunitárias que participaram dos processos iniciais de discussão e formação da cooperativa foram entrevistadas, assim como, representantes de instituições governamentais e não governamentais que atuam como parceiros da Coomflona para a implementação do manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós.

Desenvolvimento local e gestão de recursos florestais

A grandeza territorial do bioma amazônico com toda sua riqueza em termos de biodiversidade recebe interpretações variadas quanto à forma de uso de seus recursos naturais. A Amazônia Legal, que ocupa mais da metade (59%) do território brasileiro (Pereira *et al.*, 2010), recebeu maciços investimentos governamentais a partir da década de 1960 (Schmink & Wood, 2012; Cavalcanti, 2004), que culminaram em mudanças expressivas em sua paisagem e no aumento de seu Produto Interno Bruto (PIB), o qual foi, como apresentam Gomes e Vergolino (1997), 12 vezes maior do restante do Brasil no período de 1960 a 1995. No entanto, esse crescimento não resultou na conversão do capital natural em bem-estar social e desenvolvimento regional (Cavalcanti, 2004).

O crescimento econômico é uma variável essencial para o desenvolvimento (Oliveira, 2002; Vasconcellos & Vasconcellos, 2009), mas seu entendimento não pode se limitar a índices econômicos como o PIB. É necessário considerar, segundo aponta Sen (2000), indicadores que revelem a real situação de bem-estar social como resultado da melhoria da qualidade de vida da população (Oliveira, 2002).

Mesmo que o termo qualidade de vida seja vago, por ser subjetivo, deve trazer, minimamente, melhorias quanto aos aspectos da pobreza, desigualdade entre gêneros, moradia, saúde, mortalidade infantil e materna, alimentação e educação (Celentano *et al.*, 2010; Sen, 2000).

Celentano, Santos e Veríssimo (2010) apontam que, embora algumas metas dos Objetivos do Milênio avaliadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) tenham sido alcançadas (educação, igualdade de gênero na educação e redução da mortalidade infantil) nas duas últimas décadas, a Amazônia

brasileira ainda apresenta indicadores socioeconômicos e ambientais aquém dos desejados (abaixo da média nacional). Problemas estruturais e de ordem social e econômica ainda representam profundas lacunas para o desenvolvimento sustentável da região. A pobreza ainda afeta 42% da população Amazônia (Celentano *et al.*, 2010), a desigualdade social medida pelo Índice de Gini manteve-se estável (0,53) na região desde 1990 (Celentano *et al.*, 2010) e problemas graves de saúde, como o número de óbitos maternos aumentaram em 22% na Amazônia entre 1996 e 2008 (Celentano *et al.*, 2010).

Em termos ambientais, em um pouco mais de quatro décadas de crescimento rural desordenado, iniciado com a construção das primeiras estradas oficiais nas décadas de 1960 e 1970, houve pouco sucesso na conversão do capital natural amazônico em bem-estar social e desenvolvimento. No início da década de 2010, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (2009) relatou que havia 15% da área original de florestas da Amazônia Legal desmatada, algo equivalente a 750 mil km², o que representa três vezes a área do estado de São Paulo, que agregou pouco de maneira geral à frágil situação socioeconômica da região (Celentano & Veríssimo, 2007).

Considerando que o PIB da Amazônia em 2007 representava apenas 8% do PIB brasileiro (US\$ 61 bilhões), sendo que o PIB per capita amazônico (US\$ 2,6 mil) representava apenas 60% do PIB per capita médio brasileiro, a crítica é de que os reflexos da melhoria do desempenho econômico brasileiro têm se feito sentir de forma muito discreta na melhoria da qualidade de vida da população amazônica. E um dos setores econômicos rurais que merecem destaque nesta situação e na perenização das condições de ineficiência do uso dos recursos naturais amazônicos é o setor florestal.

A indústria madeireira regional, largamente incentivada pelo mercado de construção civil brasileiro (Sobral, Veríssimo, Lima, Azevedo & Smeraldi, 2002), desenvolveu um padrão fortemente baseado na degradação de florestas para sua sobrevivência, nascendo uma atividade extensiva, migratória e não planejada (Lentini *et al.*, 2005). Nas décadas de 1960 e 1970, período de expansão da indústria madeireira em florestas de terra firme na Amazônia, o termo desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico (Oliveira, 2001; Vasconcellos & Vasconcellos, 2009), o qual se dava por meio da ocupação do território rural e abertura de novas áreas para a agricultura e pecuária (Schmink & Wood, 2012).

Atualmente, novas abordagens buscam conceituar desenvolvimento para a região. Embora não exista um consenso sobre o termo, como aponta Froehlich (1998), desenvolvimento pode ser entendido como um processo de mudanças carregado de valores pautados em transformações econômicas, políticas, sociais e humanas. O desenvolvimento local "surge como um fenômeno que coloca em evidência os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional que eles conseguem construir" (Brito, 2006, p. 1).

O desenvolvimento, quando de sua conceituação aborda o território como espaço que comporta as relações entre pessoas e instituições, produzindo conhecimento e práticas políticas (Booth, 2003) permitindo, ainda, interações e o relacionamento desses atores com propósitos comuns, além de considerar os recursos e meios para sua reprodução social e econômica, pode ser tratado de acordo com Guerrero (1996 como citado em Froehlich, 1998, p. 88) como desenvolvimento local. Oliveira (2001) levou à reflexão de que desenvolvimento local pode ser entendido como o desenvolvimento do ser humano, intrinsecamente relacionado ao bem-estar e à qualidade de vida do indivíduo e, conseqüentemente, da coletividade.

O desenvolvimento local também está associado à autonomia de uma determinada coletividade em tomar decisões com bases em suas crenças e prioridades. A autonomia significa o exercício do direito das coletividades e a definição de suas preferências, meios e estratégias de desenvolvimento (Froehlich, 1998).

Para vários autores (Vasconcellos & Vasconcellos, 2009; Schneider & Tartaruga, 2004), existe de fato uma importante relação entre território e desenvolvimento, ao considerar as relações sociais, políticas, econômicas e institucionais em um espaço da ação e de interações entres esses atores (indivíduos, grupos ou instituições) e desses atores com o ambiente.

Portanto, pode-se caminhar para o entendimento de que, quando uma coletividade compartilha interesses comuns e se relaciona de forma sinérgica para alcançar os mesmos objetivos, sendo estes entendidos como objetivos que culminem no bem-estar e na qualidade de vida, o desenvolvimento local é resultado de um processo de cooperação e de mudanças para se alcançar resultados positivos e coletivos.

O bem-estar social, por sua vez, relaciona-se a indicadores econômicos, mas também sociais e ambientais. No aspecto ambiental, tratando-se da problemática que é posta à região amazônica sobre a utilização predatória de seus recursos naturais, mais precisamente aqueles provenientes da floresta, tendo a madeira como produto florestal de maior valor agregado no mercado (Pereira *et al.*, 2010), é possível encontrar soluções quando o problema é tratado também em uma escala regional e local, de forma a propiciar à coletividade local liberdades de escolha, baseadas nos preceitos da sustentabilidade.

Tapia (2005, p. 136) sugere “o local como unidade básica do desenvolvimento socioeconômico”. No entanto, essa afirmação não infere que os problemas devem ser tratados apenas na escala local, pois a autonomia de uma coletividade está relacionada, também, ao contexto de sua relação com outras coletividades em suas diversas escalas (Froehlich, 1998).

Observando os contextos global, nacional e regional, a localidade deve ser respeitada, assim como sua participação nas decisões sobre a gestão dos recursos naturais. Desta forma, é iminente o empoderamento e a participação política dos diferentes atores sociais de um território nas discussões e gerenciamento do uso de recursos naturais que, direta ou indiretamente, interferem em suas vidas e meios de reprodução social e econômica.

Como citou Cavalcanti (2004, p. 1), “uma governança ótima requer consciência coletiva dos impactos ambientais da tomada de decisões em matéria econômica”. Se o objetivo é buscar o desenvolvimento, este deve estar pautado na ótica econômica, social, humana e ambiental. Entretanto, não se faz ou não se atinge o desenvolvimento de forma parcial (Schneider & Tartaruga, 2004).

O papel da governança ambiental no desenvolvimento local

Por compreender que governança ambiental pode ser traduzida como um conjunto de regras, instituições, processos e comportamentos envolvendo atores e setores da sociedade (Cavalcanti, 2004; Fonseca & Bursztyn, 2009; Mertens *et al.*, 2011), a participação de atores sociais locais nas diferentes etapas (decisórias e de execução) relacionadas a políticas, programas e projetos que influenciam diretamente a vida das pessoas é prerrogativa para a emancipação política (Cattani & Ferrarini, 2010) e caminho que pode ser percorrido para o desenvolvimento local.

Vasconcellos e Vasconcellos (2008) apontam a parceria entre atores sociais e institucionais como ação coletiva essencial para a efetividade de políticas públicas e de implementação de modelos de desenvolvimento sustentável. Andion (2003) defende que redes podem ser facilitadoras do desenvolvimento local sustentável, ao considerar esse tipo de desenvolvimento pluridisciplinar e pautado em um processo que contempla o protagonismo dos atores locais de um território. Para Andion (2003), redes são consideradas formas de organização de atores locais para a ação no território com vistas às transformações positivas que possam trazer benefícios para um coletivo.

Considerando a apropriação e o uso dos recursos naturais como componentes do desenvolvimento, partindo da premissa de que tais recursos são fonte de matéria-prima e movimentam economias nas suas diversas escalas (local, regional, nacional e internacional), a gestão e uso desses recursos podem estar baseados nos princípios da sustentabilidade. Pandeff e Silva (2009) argumentam que o envolvimento de atores locais na resolução de conflitos e problemas locais possibilita maiores chances de sucesso de ações para a conservação ambiental.

Conforme alertam Mertens *et al.* (2011), questões socioeconômicas, por mais que não estejam desvinculadas do aspecto ambiental, sobrepõem-se a esse último, prevalecendo a crença de que desenvolvimento de um território se reduz ao crescimento econômico (Abramovay, 2000). Entretanto, esta visão simplista de desenvolvimento sofreu mudanças nas últimas décadas (Andion, 2003), assumindo novos conceitos como da sustentabilidade e da participação de diversos setores da sociedade nas discussões e decisões em matéria de políticas públicas e melhoria da qualidade de vida.

Considerando ainda que as relações de poder entre os diferentes atores de um sistema social determinam as posições e o domínio de decisões (Vasconcellos & Vasconcellos, 2008) sobre a gestão dos recursos naturais, é possível se contrapor à maneira

convencional que tais recursos são geridos na Amazônia (Cavalcanti, 2004; Vasconcellos & Vasconcellos, 2008) por meio da governança.

A governança ou governança ambiental, quando tratada na ótica das políticas ambientais e mais amplamente do desenvolvimento sustentável (Fonseca & Bursztyn, 2009), é apresentada pautada em relações de poder envolvendo diferentes elementos (atores, instituições, regras, processos, comportamento) de uma sociedade (Cavalcanti, 2004; Fonseca & Bursztyn, 2009). E que na visão de Mertens *et al.* (2011), as interações entre os elementos existem, mas que somadas aos processos institucionais, resultam na gestão dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a governança ambiental pode ser estabelecida para alavancar meios e processos de transformação socioeconômica, política e ambiental, com bases na construção e implementação de programas e projetos de desenvolvimento local. Como comentam Souza e Vasconcellos (2012), a ausência de relações de articulação político e institucional entre os atores sociais do território pode resultar em estagnação ou retrocesso dos processos de desenvolvimento.

Empoderamento de atores locais e parcerias para governança ambiental e desenvolvimento local: o exemplo da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós

Ações coletivas e de cooperação entre atores sociais de um território ampliam as possibilidades de desenvolvimento local pautado na conservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida (Cavalcanti, 2004; Fonseca & Bursztyn, 2009; Schneider & Tartaruga, 2004).

O caso da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona) é um exemplo de que, no contexto das parcerias, redes de relações socioproductivas, cooperação e empoderamento de atores sociais locais, a estrutura de governança ambiental estabelecida no território contribui para o sucesso dessa experiência. Como Souza e Vasconcellos (2012) estatuem, experiências de sucesso devem ser disseminadas para outras iniciativas promissoras de desenvolvimento local na Amazônia.

Criada em um contexto de reivindicação de populações tradicionais residentes em uma floresta pública, a Floresta Nacional do Tapajós, para o uso de seus recursos florestais, em oposição à exploração florestal realizada em parceria entre governo e empresa sem envolvimento dos moradores locais (Espada *et al.*, 2010; Soares, 2004), a Coomflona é hoje uma das mais importantes cooperativas comunitárias de manejo florestal da Amazônia brasileira. Seu destaque relaciona-se à estabilidade da atividade florestal (9 anos no mercado) como geradora de trabalho e renda para mais de 200 cooperados.

A Coomflona foi criada com o apoio do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo) [1], projeto de grandes proporções financeiras e territoriais, inserido no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), implementado e executado pelo governo federal no

período de 1999 a 2006, em conjunto com organizações que atuavam no contexto florestal da época (Veríssimo, 2005).

As reivindicações para o uso dos recursos florestais apresentadas pelos moradores da Flona do Tapajós foram o primeiro passo de conscientização dessa coletividade sobre seus direitos. Entretanto, as lideranças comunitárias que estavam à frente dessa discussão sabiam que não bastava exigir seus direitos. Era preciso articular ações com organizações locais e regionais para maior visibilidade às suas demandas. De fato, o sucesso de iniciativas de desenvolvimento local está pautado na capacidade de determinado ator social (no caso, moradores da Flona do Tapajós) em buscar envolvimento de seus indivíduos e articular-se com diferentes atores políticos e institucionais (Pandeff & Silva 2009; Souza & Vasconcellos, 2012).

Com a criação da Coomflona para efetivar o manejo florestal madeireiro em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Governo e organizações não governamentais (ONG) fomentaram ações de capacitação e assistência técnica florestal resultando no empoderamento dos atores locais (moradores e lideranças comunitárias). Criou-se com isso, uma rede de relações sociais e produtivas que hoje promove a ampliação da capacidade de atuação da cooperativa e o desenvolvimento local, baseado na conservação florestal, uso dos recursos naturais e sinergias entre diferentes atores sociais e institucionais.

Com o apoio de instituições parceiras, os cooperados puderam aprimorar conhecimentos relacionados às atividades operacionais do manejo florestal e à gestão de uma cooperativa comunitária. Possibilitou-se com isso, a ampliação dessa atividade econômica e a inclusão de novos cooperados. A Coomflona, no início de sua gestão, manejava 100 hectares de floresta para fins de treinamento dos cooperados, mas, com o passar dos anos, conforme experiência, necessidade de obter maiores ingressos financeiros e a partir da orientação técnica de seus parceiros institucionais, ampliou a área de exploração e o volume explorado anual (Tabela 1).

Atualmente, a cooperativa movimenta aproximadamente quatro milhões de reais por ano a partir da comercialização de madeira em tora. Com o estabelecimento do manejo florestal na Flona do Tapajós e o aporte significativo de recursos financeiros provenientes da venda da madeira, a Coomflona vem investindo na diversificação de atividades produtivas. Objetiva-se, com isso, melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem nessa Unidade de Conservação por meio da geração de trabalho, renda e apoio às famílias, como manutenção de estradas para escoamento da produção da agricultura familiar e transporte de seus moradores para o centro urbano.

A forma como os recursos financeiros provenientes da venda da madeira tem sido aplicada pode ser considerada inovadora do ponto de vista da gestão dos recursos naturais associada aos preceitos da sustentabilidade, diferenciando essa experiência de manejo florestal comunitário. Os benefícios são para toda uma coletividade, mesmo para aquelas pessoas que não participam diretamente da exploração madeireira. A Coomflona gera trabalho

e renda para 212 cooperados, mas também busca melhorar a qualidade de vida de, aproximadamente, 5.000 moradores da Floresta Nacional do Tapajós, por meio de fundos de diferentes

destinações provenientes dos recursos financeiros da venda da madeira.

Tabela 1 - Produção anual de madeira em tora na Floresta Nacional do Tapajós.

UPA		Área (ha)	Volume autorizado (m ³)	Volume explorado (m ³)	Volume Vendido (m ³)
#	Ano				
1	2006	100	2.932,3	1.544,8	1.544,8
2	2007	300	8.912,8	3.650,8	3.650,8
3	2008	521	15.373,6	7.843,3	7.843,3
4	2009	700	20.181,2	13.452,1	13.421,7
5	2010	1000	19.342,2	14.885,0	14.266,9
6	2011	1000	18.337,2	15.845,8	15.064,0
7	2012	1000	24.476,5	18.894,2	18.894,2
8	2013	1000	25.840,0	Não informado	Não informado

Fonte: Adaptado de Espada (2013).

O entendimento de como a floresta se torna um ativo para o investimento em recurso humano e em atividades produtivas sustentáveis foi resultado de discussão envolvendo moradores locais e parceiros institucionais, colocando em prática ferramentas da governança ambiental, como a participação e equidade entre os atores envolvidos nos debates.

O recurso financeiro obtido com a venda da madeira pela Coomflona, por se tratar de um recurso natural público, de uso comum dos moradores da Flona do Tapajós, não poderia beneficiar apenas os cooperados. O dilema relacionava-se também em como promover melhoria na qualidade de vida de todas as famílias da Flona, uma vez que o manejo madeireiro não suporta, operacionalmente, envolver todos os moradores da Unidade.

O grupo composto pelas instituições parceiras da Coomflona e por seus cooperados conduziu o debate para um formato de

gestão financeira que permitisse o investimento em todas as comunidades da Flona do Tapajós, de forma a propiciar melhoria da qualidade de vida da população local. As discussões foram extensas e envolveram assembleias dos cooperados e consulta aos parceiros, tornando-se um processo participativo e de cooperação.

Como resultado, houve inovação na gestão da cooperativa, que se deu nos processos de definição e forma de destinação dos recursos financeiros provenientes da venda da madeira. Os principais itens dessa inovação são a criação de fundos financeiros destinados para a qualificação dos cooperados (Fundo RATES) e para o apoio financeiro à diversificação de atividades produtivas sustentáveis (Tabela 2).

Tabela 2 - Divisão dos benefícios financeiros da venda da madeira, conforme votação em assembleia da Coomflona.

Fundos estatutários	%	Breve descrição dos fundos
Fundo de Investimento	45	Capital de giro (custeia as atividades referentes à exploração florestal do ano seguinte).
Fundo dos Cooperados	20	Destinado aos cooperados que executam a atividade, inclui plano de saúde e outros benefícios.
Fundo de Apoio Comunitário	15	Destinado a novas atividades econômicas e pode ser acessado pelas comunidades, mediante projeto e aprovação da cooperativa.
Fundo Reserva	10	Poupança da cooperativa para investimentos futuros.
Fundo de Saúde	5	Destinado a todas as comunidades, é utilizado para melhorar as condições de acesso à saúde e bem-estar social.
RATES (Reserva de Assistência Técnica e Educacional e Social)	5	Fundo para capacitação, treinamento e formação de profissionais relacionados ao manejo florestal.

Fonte: Adaptado de Espada (2013).

O Fundo de Apoio Comunitário investe em iniciativas comunitárias da Flona do Tapajós que objetivam a geração de renda familiar a partir de negócios coletivos. A Coomflona, por meio desse fundo, apoiou a reestruturação e o estabelecimento de uma movelaria comunitária que utiliza resíduos da exploração

florestal (galhos) como matéria-prima para a confecção de móveis de madeira. Os móveis são vendidos em uma loja instalada em Santarém-PA, a Ecoloja Tapajós, também fruto do investimento da Coomflona e que emprega moradores da Flona.

Em outros casos, comunidades que trabalham com óleos vegetais (*Carapa guianensis*, *Copaifera* sp.), móveis rústicos de madeira, artesanatos e borracha natural (*Hevea brasiliensis*) tiveram no aporte da venda da madeira o apoio e capital necessário para reorganizar suas atividades e hoje, comercializam produtos beneficiados, como, por exemplo, bolsas de borracha natural.

A formação dos fundos estatutários da Coomflona se deu com o apoio das instituições parceiras desta cooperativa, o que permitiu o empoderamento dos moradores da Flona do Tapajós por meio de assistência técnica florestal e capacitação para gestão de cooperativa. O estabelecimento do negócio florestal também se deve a outros tipos de apoio das parcerias estabelecidas para o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós. Com a articulação entre instituições promovida pela cooperativa, atualmente, configura-se no território a formação de uma rede de relações socioprodutivas entre instituições de apoio (governamentais e não governamentais), empresas de prestação de serviços florestais e de compra da madeira e a Coomflona.

Atualmente, a cooperativa possui como principais parceiros o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e o Instituto Floresta Tropical (IFT), instituições estas que entendem o manejo florestal como uma ferramenta de conservação ambiental e de melhoria da qualidade de vida de pessoas que vivem em ambientes florestais.

As relações entre Coomflona e as principais instituições listadas são consideradas parcerias porque possuem relações de apoio mútuo e de confiança (McQuaid, 2000). Assim, na parceria entre Coomflona e UFOPA, a cooperativa beneficia a universidade ao permitir visitas técnicas de alunos do curso de engenharia florestal na área de manejo florestal da Coomflona, possibilitando a vivências desses alunos em situações reais de manejo florestal, pois a universidade não conta com áreas experimentais, sendo a da Coomflona a mais próxima. Em contrapartida, a UFOPA oferece cursos de capacitações em manejo florestal e realiza estudos científicos e técnicos. Por exemplo, análise do potencial florestal em novas áreas da Flona do Tapajós para a expansão do manejo florestal. Com isso, também é estabelecida uma parceria com o ICMBio, gestor da Unidade de Conservação, que apoia a Coomflona e conta com informações como estas para fazer a gestão da área. Essas parcerias formadas entorno do manejo florestal na Flona do Tapajós possuem um objetivo comum a ser alcançado, que congrega interesses individuais dos atores, mas que atingem, coletivamente, finalidade maior (Abramovay, 2000).

O SFB e IEB promovem ações de capacitação para a gestão do empreendimento florestal comunitário. Com o apoio direto do IEB, a Coomflona conseguiu certificar sua área de manejo florestal com o selo FSC® (*Forest Stewardship Council*) e, com isso, espera alcançar novos mercados. O IEB e SFB se beneficiam ao

atenderem suas respectivas missões institucionais e ao divulgar o modelo de manejo florestal comunitário, realizando intercâmbios com outras iniciativas comunitárias na Amazônia.

O IFT apoia a cooperativa com a cessão de duas máquinas florestais (skidder e trator de esteira) e treinamentos em técnicas de manejo florestal. Esse apoio possibilita diminuição nos custos relacionados à exploração florestal e, como contrapartida, o IFT também se beneficia ao atender sua missão institucional e criar condições para realização de intercâmbios na área de manejo florestal da Coomflona.

O IBAMA é o órgão licenciador do manejo florestal na Flona do Tapajós, em que técnicos da Gerência Executiva do IBAMA em Santarém permitem o diálogo com a Coomflona e ICMBio durante o processo de licenciamento das atividades florestais. Em área historicamente marcada por uma estrutura hierárquica entre agentes do governo e comunidades (Soares, 2004), a permissão ao diálogo pode ser considerada uma parceria; visto que o benefício que a Coomflona oferece é a transparência e seriedade de suas atividades, tendo em vista que o setor madeireiro na Amazônia possui muitas irregularidades e ilegalidades (Pereira *et al.*, 2010).

O ICMBio também é considerado parceiro da Coomflona, mesmo sendo o gestor da Unidade e assumindo a condição de fiscalizar e punir ações irregulares na Flona. A parceria ocorre, justamente, porque o papel da Coomflona é o de promover um dos objetivos básicos de criação de florestas nacionais: o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais (Lei n. 9.985, 2000). Sendo assim, o ICMBio é o principal incentivador do manejo florestal realizado pela Coomflona. O órgão também se beneficia com a imagem institucional de possuir em sua área a principal referência de manejo florestal comunitário da Amazônia.

Na relação entre Coomflona e ICMBio, a cooperativa responde à parceria desempenhando papel colaborativo na gestão da Floresta Nacional do Tapajós, ao apoiar o ICMBio na construção de bases de monitoramento - bases de apoio ao turismo, pesquisa e proteção da UC - e, em ações de monitoramento e valorização dos recursos naturais da Unidade (Andrade *et al.*, 2014). Além disso, o fato do manejo florestal dar bons resultados econômicos faz com que a floresta seja mais valorizada pelos moradores que, conseqüentemente, buscam impedir ações destrutivas na Flona. Com isso, o ICMBio ganha eficiência e efetividade de suas ações de combate ao desmatamento e degradação florestal.

As parcerias formadas para o manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós contribuem para que a atividade econômica de manejo florestal comunitário se estabeleça como uma opção sustentável de uso dos recursos naturais e geração de trabalho e renda (Jong *et al.*, 2008) em territórios de uso comum de uso dos recursos naturais, como as Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

A dinâmica de cooperação mútua estabelecida entre a Coomflona e seus principais parceiros resultou no fortalecimento da rede de relações entre os atores e fortaleceu o capital social do território. Para Sen (2000), o capital social é fortalecido quanto

mais for permitida a ampliação do círculo de relações sociais em que se situam os atores sociais de um território.

Outro fator chave para a consecução do manejo florestal comunitário como política pública para a promoção da conservação ambiental e geração de renda é o estabelecimento de relações que superam o aspecto político. De acordo com Souza e Vasconcelos (2012), é preciso estabelecer relacionamento e interação com entidades diversas, por exemplo, instituições de ensino e pesquisa, para que cooperativas se estabeleçam como iniciativas promissoras de desenvolvimento local. A Coomflona percebeu essa necessidade e atualmente conta com a parceria de instituições de diferentes áreas de atuação, como pesquisa, assistência técnica, prestadoras de serviços, apoio institucional, e outros.

Considerando os fatores políticos e organizacionais que influenciam o sucesso de cooperativas como iniciativas de desenvolvimento local (Souza & Vasconcelos, 2012) e, ainda, que em áreas rurais com predominância de produção familiar e subsistência existem dependência do governo, fragilidade do poder político, falta de crédito e limitações de mercado (Vasconcelos & Vasconcelos, 2008), o caso da Flona do Tapajós pode ser considerado um exemplo de sucesso de governança ambiental que subsidia o desenvolvimento local em uma floresta pública da Amazônia brasileira.

Conclusões

As parcerias podem ser importantes instrumentos de governança ambiental para se atingir a gestão apropriada dos recursos naturais na Amazônia, aliada à geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida das populações que vivem em ambientes florestais, como as Unidades de Conservação da Natureza.

O caso do manejo florestal comunitário em curso na Floresta Nacional do Tapajós revela que as parcerias possibilitam a formação de redes de relações sociais e produtivas e ações de cooperação que resultam no empoderamento de atores locais e, conseqüentemente, em governança ambiental. Esta última facilita o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento local de base comunitária.

As parcerias contribuem também para a formação da gestão coletiva dos recursos florestais que se mostra eficiente e qualificada, uma vez que é desenvolvida por um coletivo formado por diferentes setores da sociedade, como governo, sociedade civil organizada e cooperados (moradores da Flona).

As parcerias estabelecidas entre a Coomflona e organizações governamentais e não governamentais ampliam as possibilidades de aprimoramento do manejo florestal comunitário. As organizações parceiras da cooperativa oferecem apoio técnico e institucional. A Coomflona, por sua vez, responde oferecendo suporte para atividades dos parceiros, como UFOPA e ICMBio, estabelecendo, com isso, relações de confiança e cooperação mútua entre os parceiros.

Além disso, na formatação da gestão da Coomflona, as parcerias são fundamentais para tomada de decisão relacionada à destinação dos recursos financeiros provenientes da venda da madeira. O manejo madeireiro da floresta não suporta, operacionalmente, envolver todos os moradores da Flona do Tapajós e, conseqüentemente, nem todas as famílias são beneficiadas diretamente pela atividade. O dilema se relaciona, então, em como promover melhoria na qualidade de vida dessas famílias que não podem ou não querem ser incorporadas na cooperativa promovendo, de fato, mudanças para o desenvolvimento local e não apenas transferência de renda.

O caminho encontrado a partir de debates envolvendo comunidades e a rede de parceiros foi utilizar parte do lucro de venda da madeira como precursor de novas atividades produtivas baseada no uso racional dos recursos naturais para a produção de longo prazo. Outra destinação refere-se ao aperfeiçoamento técnico dos cooperados por meio de um fundo destinado à capacitação, treinamento e formação de profissionais relacionados ao manejo florestal.

Com base na questão norteadora do artigo, baseada no entendimento de como a governança ambiental contribui para o êxito de programas e projetos de desenvolvimento local na Amazônia, pode-se concluir que as parcerias favorecem a formação de relações de cooperação mútua, permitindo o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis que geram renda e trabalho a partir do uso racional dos recursos naturais.

Referências

- Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, 4 (2), 379-397.
- Andion, C. (2003). Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*, 37 (5), 1033-1054.
- Andrade, D. F. C., Carvalho, F. M., Ribeiro, R. B. S & Dantas, J. B. (2014). Manejo florestal comunitário como estratégia de gestão e melhoria da qualidade de vida da população tradicional da Floresta Nacional do Tapajós. In Simpósio Nacional de Áreas Protegidas, 3, 2014. Viçosa, Minas Gerais. *Anais [do] III Simpósio Nacional de Áreas Protegidas*, 28 a 30 de maio de 2014, Viçosa, MG.
- Booth, D. (2003). Bridging the macro-micro divide in policy oriented research: two African experiences. In: Eade, D. (Coord.), *Development methods and approaches: critical reflections*, (44-59). London: Oxfam.
- Decreto n. 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. (1974). Cria a Floresta Nacional do Tapajós, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Recuperado de http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapajos.pdf.
- Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. (2007). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.
- Decreto n. 6.874, de 5 de junho de 2009. (2009). Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. Diário Oficial da União Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6874.htm.
- Brito, L. M. P. (2006). Desenvolvimento Local: alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo? *XXVI Encontro Nacional de Engenharia da Produção*, Fortaleza, 2006, 1-8.
- Cattani, A. D. & Ferrarini, A. V. (2010). Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. *Revista Katálysis*, 13 (2), 164-172.
- Cavalcanti, C. (2004). Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, 1, 1-10.
- Celentano, D. & Veríssimo, A. (2007). *A Amazônia e os Objetivos do Milênio*. Belém: Imazon.

- Celentano, D., Santos, D., & Veríssimo, A. (2010). *A Amazônia e os Objetivos do Milênio 2010*. Belém: Imazon.
- Espada, A. L. V. (2013, novembro). Contribuição da governança ambiental no desenvolvimento local: exemplo de uma cooperativa de manejo florestal comunitário. *Anais do Colóquio Organizações, Desenvolvimento & Sustentabilidade*, 4, 2013, Belém. Belém, PA, Brasil, 4.
- Espada, A. L. V., Blas, D. E. de, Melo, M., Aguiar, O. & Sist, P. (2010). *Motivações e estratégias de pequenos produtores para o manejo florestal: realidade na BR-163 e BR-230, estado do Pará*. Belém: MKT.
- Evans, P. (1997). Government action, social capital and, development: reviewing the evidence of synergy. In Evans, P. (Ed.) *State Society Sinergy: Government and social capital in development* (edited volume, n. 94, pp. 178-209). Berkeley: University of California.
- Fonseca, I. F. & Bursztyn, M. (2009). A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, 24 (1), 17-46.
- Froehlich, J. M. (1998). O Local na Atribuição de Sentido do Desenvolvimento. *Revista paranaense de Desenvolvimento*, 94, 87-96.
- Gomes, G. M. & Vergolino, J. R. (1997). *Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)*. Brasília: IPEA.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (2009). *Monitoramento da Floresta amazônica Brasileira por Satélite – Projeto Prodes*. Recuperado em 20 de maio, 2010, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Recuperado de <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>.
- Jong, W., Pokorny, B., Sabogal, C., Louman, B. & Stoian, D. (2008). Antecedentes, realidade y oportunidades del manejo forestal comunitario en América Latina. In: Sabogal, C.; Jong, W.; Pokorny, B.; Louman, B. (Ed.), *Manejo forestal comunitario en América Latina: Experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro* (pp. 35-66). Borgor: CIFOR.
- Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. (2000). Diário Oficial da União. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm.
- Lentini, M., Pereira, D., Celentano, D., & Pereira, R. (2005). *Fatos Florestais da Amazônia 2005*. Belém: Imazon.
- McQuaid, R. W. (2000). The theory of Partnership: why have partnerships? In Osborne, S. P. (Ed.). *Managing public-private partnerships for public services: an international perspective* (pp. 9-35). London: Routledge.
- Mertens, F., Távora, R., Fonseca, I. F., Grando, R., Castro, M. & Demeda, K. (2011). Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. *Acta Amazônica*, 41 (4), 481-492.
- Oliveira, F. (2001). *Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?* Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV. São Paulo: Editora Pólis.
- Oliveira, G. G. (2002). Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento. *Revista da FAE*, 5 (2), 37-48.
- Notas [1] O ProManejo era um dos projetos do Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais (PPG7) e atuou na Floresta Nacional do Tapajós, por meio de financiamentos do KFW (Banco Alemão de Desenvolvimento).
- Pandeff, P. A. & Silva, J. G. (2009, julho). *Gestão ambiental aplicada a exploração sustentável de recursos naturais em unidades de conservação*. Artigo apresentado no Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 5.
- Pereira, D., Santos, D., Vedoveto, M., Guimarães, J., & Veríssimo, A. (2010). *Fatos Florestais da Amazônia 2010*. Belém: Imazon.
- Schmink, M. & Wood, C. H. (2012). *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Editora UFPA.
- Schmink, M. (2005). Comunidades, Florestas, Mercados e Conservação. In: Zarin, D. J., Alavalapati, J. R. R., Putz, F. E. & Schimink. (Org.). *As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?* (pp. 161-174). Brasília: IEB.
- Schneider, S. & Tartaruga, I. G. P. (2004). Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais*, 23 (1 e 2), 99-117.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. (1a ed., L. T. Motta, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1999).
- Soares, E. S. (2004). *Desafios, Resultados, Ameaças e Oportunidades em uma Unidade de Conservação na Amazônia: "A Floresta Nacional do Tapajós"*. Santarém: IBAMA-ProManejo.
- Sobral, L., Veríssimo, A., Lima, E., Azevedo, T. & Smeraldi, R. (2002). *Acertando o Alvo 2: Consumo de Madeira Amazônica e Certificação Florestal no Estado de São Paulo*. Belém: Imazon, Imaflo, Amigos da Terra.
- Souza, M. L. M. & Vasconcellos, M. (2012). Ambiente político-institucional e desempenho de cooperativas no contexto local: uma análise de dois casos da Amazônia paraense. In Sobrinho, M. V.; Farias, A. L. A.; Lopes, O. C. & Mendes, R. L. R. *Estudos do Numa: Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local* (Vol. 1, 1ª Ed., pp. 173-204). Belém: Editora NUMA/UFPA.
- Tapia, J. R. B. (2005). Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 19 (1), 132-139.
- Vasconcellos, M. & Vasconcellos, A. M. A. (2008). Ação coletiva, parceria e empoderamento. In Teisserenc, P., Rocha, G. M., Magalhães, S. B., & Guerra, G. A. D. (Org.), *Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia* (pp. 207-244). Belém: Editora NUMA/UFPA.
- Vasconcellos, M. & Vasconcellos, A. M. A. (2009). Participação e Desenvolvimento Territorial: Reflexões a partir do Programa Proambiente. In Rocha, G. M., Magalhães, S. B., & Tyeisserenc, P. (Org.). *Território de Desenvolvimento e Ações Públicas* (pp. 261-290). Belém: Editora EDUFPA.
- Veríssimo, A. (2005). *Influência do Promanejo sobre políticas públicas de manejo florestal sustentável na Amazônia*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2a ed., D. Grassi, Trad.). Porto Alegre: Bookman. (Obra original publicada em 1984).